



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE REPREENSÃO A ENTORPECENTES - DRE/DRCOR/SR/PF/RJ

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08455.003550/2022-68

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo é a aquisição de Kits de Atendimento Pré-Hospitalar de Combate, de acordo com as especificações, quantidades e condições constantes deste Termo de Referência.

1.2. A aquisição se dará em apenas um item, porém a descrição detalhada de cada material que compõe o kit está listada no sub item abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	Kit de atendimento pré-hospitalar de combate	Kit	30	R\$ 1.216,65	R\$ 36.499,50

1.3. Cada kit deverá conter uma unidade de cada um dos itens abaixo.

1.4. Descrição detalhada dos componentes dos kits:

1.4.1. Item 01:

1.4.1.1. Torniquete de combate composto por cinta de nylon revestido, com fechamento por velcro, com trancamento por pressão exercida por alavanca de polímero de alta resistência.

1.4.1.2. O ajuste inicial, mesmo para aplicação em membros inferiores, deve permitir posterior trancamento por rotação da alavanca com apenas uma passagem simples por fivela.

1.4.1.3. Possuir a finalidade de controlar os sangramentos massivos nos membros superiores e membros inferiores.

1.4.1.4. Material homologado e aprovado pelo Co-TCCC3, SOMA4 e U.S. Army's Institute of Surgical Research5.

1.4.1.5. **Modelo de referência:** Torniquete C-A-T – 7ª geração (Combat Application Tourniquet).;

1.4.2. Item 02:

1.4.2.1. Curativo oclusivo de tecnologia e qualidade avançadas, projetado para tratar feridas abertas no peito, de forma a prevenir, em campo, o pneumotórax.

1.4.2.2. Deve garantir a fixação em condições extremas de combate apresentando face adesiva de hidrogel que promova fixação mesmo sobre a pele exposta à umidade, ao suor, sangue, areia, até mesmo se aplicado sobre pelos.

1.4.2.3. A camada externa deve ser impermeável funcionando como barreira oclusiva ao mesmo tempo em que proporciona uma barreira mecânica ao ferimento.

1.4.2.4. Deve apresentar válvula rígida que garanta um fluxo de ar unidirecional a partir da cavidade torácica mesmo quando submetido à pressão do próprio corpo da vítima ou pressão externa.

1.4.2.5. A embalagem deve ser resistente à abrasão e impermeável, garantindo a vida útil do material por 06 (seis) anos contendo dois curativos oclusivos, sendo pelo menos um com válvula.

1.4.2.6. Material homologado e aprovado pelo CoTCCC, SOMA e U.S. Army's Institute of Surgical Research;

1.4.3. Item 03:

1.4.3.1. Gaze de combate em tira de alta densidade e dobrado em forma de Z, medindo aproximadamente 7,5cm X 150cm (ou maior, não excedendo em 2cm na largura ou 200 cm no comprimento), macio, branco, não tecido, hidrofílica, impregnada com substância hemostática à base de polímero natural de nome quitosana, sem produção de quaisquer reações exotérmicas.

1.4.3.2. Usado para tratamento em sangramentos massivos.

1.4.3.3. Estéril e apirogênico.

1.4.3.4. Embalado a vácuo em embalagem resistente à abrasão e humidade e de fácil abertura. Material homologado e aprovado pelo CoTCCC, SOMA e U.S.

1.4.4. Item 04:

1.4.4.1. Estéril.

1.4.4.2. Possuir 6 camadas de tecido algodão.

1.4.4.3. Embalado de forma que se possa utilizar uma ou todas as camadas em rápida aplicação.

1.4.4.4. A porção não usada deve poder continuar protegida de contaminação.

1.4.4.5. Possibilidade de ser usada em conjunto com bandagem de agente hemostático ou em ferimentos menores.

1.4.4.6. Embalado em pequeno pacote, resistente e selado a vácuo e de fácil abertura.

1.4.4.7. Dimensões: (Comprimento 4.5 in. x Largura 4.1 yd).

1.4.4.8. **Marca de referência:** S - RolledGauze™ ou similar.

1.4.5. Item 05:

1.4.5.1. Bandagem de combate com comprimento de 03 (três) metros, com estrutura plástica convexa para promover pressão local no ferimento ou para realizar curativo que proteja lesão ocular.

1.4.5.2. Deve possuir uma placa com tecido de composição especial de alta absorção de líquidos que traz em seu interior seguimento de gaze de metro ou rolo.

1.4.5.3. Controle de aplicação por velcro, de maneira a garantir a aplicação rápida e eficaz do material.

1.4.5.4. Fechamento da aplicação por trava de polímero.

1.4.5.5. Material homologado e aprovado pelo CoTCCC, SOMA e U.S. Army's Institute of Surgical Research.

1.4.6. Item 06:

1.4.6.1. Cânula nasofaríngea feita em silicone ou borracha macia e maleável, empacotada em embalagem, nas seguintes dimensões: 6 in. de comprimento x 1.6 in. de largura x 0.5 in. de profundidade;

1.4.6.2. Tamanho da cânula 28 French;

1.4.6.3. Que não seja facilmente deslocado durante o transporte do paciente; Que possa ser usado tanto em pacientes conscientes como inconscientes;

1.4.6.4. Que seja empacotado com um sachê de lubrificante com 0.09 oz de conteúdo.

1.4.7. Item 07:

1.4.7.1. Manta Térmica aluminizada.

1.4.7.2. Isolante térmico de baixo peso, não deformável, que seja resistente ao atrito com o solo.

1.4.7.3. Tamanho aproximado de 2,10m X 1,40m.

1.4.8. Item 08:

1.4.8.1. Máscara de bolso para RCP (Pocket Mask), utilizado em adultos e crianças, de cor transparente, com borda almofadada pré-inflada, com filtro e válvula unidirecional removível e de alta eficiência, de fácil desinfecção e 100% reutilizável, com conector de 15 mm para acoplar equipamento de auxílio respiratório, confeccionada em material atóxico e livre de látex,

âcondicionada em estojo rígido e com manual de instrução.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Delegacia de Repressão a Drogas da SR/PF/RJ (DRE/DRCOR/SR/PF/RJ) constitui-se de uma equipe de repressão a drogas, combate ao crime organizado e facções criminosas atuando em situações de risco diferenciado, onde haja a necessidade de policiais com treinamento, equipamentos e táticas especiais, em razão da natureza da missão a ser cumprida.

2.2. Nesse contexto e levando em conta que a esta especializada atua, constantemente, em ambiente hostil como regiões conflagradas de favelas dominadas por diversas facções criminosas, faz-se mister preparar e municiar os operadores com equipamentos que possam dar o mínimo de suporte para um atendimento emergencial em primeiros socorros.

2.3. Essa é uma necessidade que não é exclusiva aos grupos operacionais especializados, tanto que a Academia Nacional de Polícia (ANP), através do Eixo de Ensino Operacional, utilizando-se dos ensinamentos de Primeiros Socorros em Atividade Policial (PSAP), tem massivamente adotado como estratégia de ensino aos novos policiais a doutrina e prática dos protocolos de atendimento de urgência/emergência em meio policial seguindo a tendência mundial em aproveitar os melhores conhecimentos de resgate obtidos em ambientes de combate.

2.4. Destarte a lei impõe aos policiais um comportamento diferenciado do cidadão comum, podemos destacar o de estar sempre preparado para uma situação adversa, na qual seja necessária a atuação do agente da lei. Não poderá o policial alegar que não estava preparado para intervir na situação.

2.5. A lei impõe o seu pronto-atendimento constante. Em outras palavras, significa dizer que em qualquer lugar e em qualquer hora, este cidadão pode se ver em uma situação policial, com todas as consequências que a situação exige.

2.6. Sendo assim e tendo em vista que algumas emergências médicas necessitam de intervenção imediata - pois segundos podem separar vida e morte - se ocorrer um evento de emergência médica durante a ação policial, este deverá ser primariamente resolvido pelos policiais presentes na cena, que deverão estabelecer as ações de resgate necessárias até a intervenção de socorro especializado.

2.7. Sendo assim e em conformidade com as diretrizes de ANP - notadamente quanto a doutrina da disciplina de Primeiros Socorros em Atividade Policial -, os recursos demandados e formalizados no presente documento são imprescindíveis para os servidores policiais, especialmente, os atuantes em situações de risco diferenciado como os da DRE/RJ.

3. EVIDÊNCIAS QUANTO ÀS VANTAGENS DA AQUISIÇÃO EM TERMOS DE ECONOMICIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO.

3.1. Os materiais que aqui se procura comprar terão como objetivo principal salvar vidas além de amenizar os danos causados por incidentes inerentes a atividade policial.

3.2. Considerando que a vida é o bem mais precioso e ao mesmo tempo tão frágil, capaz de acabar em segundos, o custo de aquisição de tais kits se torna ínfimo diante do benefício que o mesmo pode proporcionar.

3.3. Uma vez que a perda de um servidor, que poderia ser salvo com a utilização de tais materiais, além de irreparável para os familiares e amigos, causa elevados custos para a administração.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

6.2. Observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG referente à sustentabilidade socioambiental.

6.3. Que eventuais bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.4. Que os eventuais bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da

recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

6.5. Orientar seus funcionários sobre a responsável destinação ambiental de resíduos eletroeletrônicos, de embalagens, invólucros e demais materiais de consumo inservíveis recicláveis, bem como do uso regular das embalagens, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos.

fornecedor, a qualquer momento durante a execução contratual, apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de orientação ambiental de seus funcionários, reciclagem (reaproveitamento) e/ou destruição de produtos recolhidos, e demais mecanismos socioambientais previstos.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados da entrega da nota de empenho, em remessa *única*, no seguinte endereço: Avenida Rodrigues Alves, 01 - CEP 20081-250 0 Centro - RJ - DRE (Delegacia de Repreensão a Entorpecentes), 4º Andar.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a

data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério

da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \cdot I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

14.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

14.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados;

14.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

14.4. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

14.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, o Ente Público, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.”

15. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1. Não será exigido.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 16.1.5. cometer fraude fiscal;
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 16.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 16.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 16.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
 - 16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
- 16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da

empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira e técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.3.1. Valores unitários: Conforme tabela do item 1.2 deste Termo de Referência

17.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ R\$ 36.499,40.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

NO/DRE/DRCOR/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **VANDER LESSA CARVALHO, Chefe de Núcleo**, em 09/09/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24598594** e o código CRC **FAD04192**.